

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 59.325 - CE (2018/0298886-4)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **ZENILDA AQUINO SERPA**
ADVOGADO : **PAULO TELES DA SILVA - CE004945**
RECORRENTE : **MARIA DAS DORES DE SOUSA ALENCAR**
RECORRENTE : **FRANCISCA ALIDUMIA DE SOUZA PEREIRA**
RECORRENTE : **FRANCISCA EMINOSINA DE OLIVEIRA**
ADVOGADOS : **PAULO TELES DA SILVA - CE004945**
GEÓRGIA CAMPOS TELES DA SILVA - CEE18141
RECORRIDO : **ESTADO DO CEARÁ**
PROCURADOR : **LIA ALMINO GONDIM E OUTRO(S) - CE016316**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. PENSÃO POR MORTE. REQUISITOS DO ART. 3º DA EC N. 47/2005. AUSÊNCIA. DIREITO À PARIDADE NÃO EXISTENTE. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por ZENILDA AQUINO SERPA, MARIA DAS DORES DE SOUSA ALENCAR, FRANCISCA ALIDUMIA DE SOUZA PEREIRA e por FRANCISCA EMINOSINA DE OLIVEIRA em face de acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará assim ementado:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. PENSÃO MILITAR. SEGURADOS TRANSFERIDOS PARA A RESERVA REMUNERADA ANTES DA PROMULGAÇÃO DA EC Nº 41/2003 E FALECIDOS APÓS O ADVENTO DESTA. REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 3º DA EC Nº 47/2005. RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 603.580/RJ, COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. TESE NÃO FAVORÁVEL ÀS IMPETRANTES. GRATIFICAÇÃO DE DEFESA SOCIAL E CIDADANIA (GDSC). EXTENSÃO ÀS PENSIONISTAS. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA.

1. No presente writ, é indevida a indicação do Governador do Estado do Ceará como autoridade coatora, porque a preambular não lhe atribui a prática da ilegalidade suscitada; outrossim, é descabido imputar o ato indigitado coator ao agente político pelo só fato de ser o Chefe do Poder Executivo. Ilegitimidade passiva ad causam declarada de ofício.

2. Nas Emendas Constitucionais que promoveram a reforma previdenciária

há regras de natureza distinta: umas amparam o direito adquirido; outras, tutelam situações transitórias.

3. O art. 3º, caput, da EC nº 47/2005 é regra de transição aplicável ao grupo restrito dos servidores em atividade que ingressaram no serviço público até 16.12.1998, data da publicação da EC 20/1998, e foram surpreendidos com as mudanças previdenciárias iniciadas por esta última, para os quais foram fixadas condições específicas voltadas à futura aposentadoria com proventos integrais. Por força do parágrafo único do preceptivo citado, "aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo".

4. In casu, as pensões militares não se originam de aposentadorias concedidas com base no art. 3º da EC 47/2005, pois os atos de transferência para a reserva remunerada dos instituidores dos benefícios datam dos remotos anos de 1981, 1982, 1983 e 1999; desse modo, a tese firmada pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário nº 603.580/RJ, com repercussão geral reconhecida, não aproveita às impetrantes.

5. Ante a incidência das Súmulas 35/TJCE e 340/STJ, sobrevindo o óbito dos segurados nos anos de 2004, 2006 e 2007, portanto após a EC 41/2003, que extinguiu o direito à paridade, submetem-se as autoras às diretrizes do texto da CF/1988 em vigor, sem extensão da GDSC instituída pela Lei estadual nº 16.207/2017.

6. Segurança denegada.

Nas razões do recurso ordinário, aduzem as Recorrentes que "tinham direito ao recebimento da Gratificação de Desempenho Militar vigente a época em que os militares passaram para reserva remunerada, por consequência, tem direito à Gratificação de Defesa Social e Cidadania".

Pede, assim, o provimento do recurso ordinário para que lhes seja reconhecido o direito ao recebimento da Gratificação de Defesa Social e Cidadania.

As contrarrazões foram juntadas às e-STJ fls. 340/359.

Decisão de admissibilidade do recurso ordinário (e-STJ fl. 361).

Parecer do Ministério Público Federal (e-STJ fls. 375/377).

É o relatório. Decido.

Incide o Enunciado administrativo n. 3/STJ: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

A insurgência não merece prosperar.

Com efeito, o art. 3º da EC n. 47/2005 assim dispõe:

Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

No caso em concreto, vejamos o que consignou o acórdão *a quo* (e-STJ fls. 316/317):

As suplicantes Maria das Dores de Sousa Alencar, Zenilda Aquino Serpa, Francisca Alidumia de Souza Pereira e Francisca Eminosina de Oliveira, na condição de pensionistas ante o falecimento de seus maridos, os policiais militares Pedro Xavier de Alencar, Francisco Ferreira Serpa, João Pereira Filho e Noé Rodrigues de Oliveira (certidões de casamento e de óbito correspondentes às págs.

13, 23, 52, 62, 38, 49, 26 e 35, respectivamente), pretendem receber a Gratificação de Defesa Social e Cidadania – GDSC, instituída pela Lei estadual nº 16.207/2017.

Diversamente da alegação autoral, descabe cogitar do direito postulado.

Primeiramente, à data da publicação daquela norma reformadora (D.O.U. de 31.12.2003), as promoventes não se encontravam no gozo das pensões por morte nem poderiam ter reunido os requisitos necessários para a aquisição do direito ao benefício, visto que os segurados somente vieram a óbito em 04.06.2004, 29.03.2006, 26.03.2006 e 07.12.2007.

Outrossim, o entendimento consagrado pelo Pretório Excelso no julgamento do referido Recurso Extraordinário nº 603.580/RJ não favorece as demandantes; afinal, à exceção da sra. Maria das Dores de Sousa Alencar, constata-se seguramente que as pensões não se originam de óbito de servidor aposentado nos moldes da regra excepcional do art. 3º da EC 47/2005, visto que os atos de transferência para a reserva remunerada dos militares deram-se nos remotos anos de 1981, 1982 e 1983 (págs. 60, 48 e 33).

Em relação ao segurado Pedro Xavier de Alencar, não há como precisar a data do ato de sua transferência para a reserva remunerada, porquanto o documento apresentado está ilegível no ponto (pág. 22); porém, aquele exhibe uma autenticação realizada pela PMCE em 03.05.1999, o que permitir concluir que a situação da pensionista Maria das Dores de Sousa Alencar é similar à das demais postulantes.

O acórdão conclui que (e-STJ fl. 319):

Sob tais fundamentos, no caso incidem as Súmulas 35/TJCE e 340/STJ [2], de sorte que, sobrevivendo o óbito dos segurados nos anos de 2004, 2006 e 2007 e não atendida a regra de transição do art. 3º da EC 47/2005 para o fim de paridade, submetem-se as autoras às diretrizes do texto da CF/1988 em vigor, sem extensão da GDSC instituída pela Lei estadual nº 16.207/2017.

Conforme jurisprudência do STF, o ingresso de servidor antes da EC n. 41/2003 não garante que eventual pensão, devida a seus dependentes por razão de sua morte, seja calculada a partir dos critérios de paridade. **Para isso, deve-se observar se os requisitos**

presentes no art. 3º da EC n. 47/2005 estejam presentes, o que não restou comprovado no caso em concreto. Senão vejamos:

Agravo regimental no recurso extraordinário. Pensão por morte. Paridade. Instituidor aposentado antes da EC 41/2003, e falecido após seu advento. Impossibilidade da paridade, com exceção da hipótese prevista no art. 3º da EC 47/2005. Precedentes.

1. O benefício previdenciário da pensão por morte rege-se pela lei vigente à época do óbito de seu instituidor.

2. A orientação jurisprudencial desta Suprema Corte é no sentido de que os pensionistas de servidor falecido posteriormente à EC nº 41/2003 somente têm direito à paridade com servidores em atividade (EC 41/2003, art. 7º) caso se enquadrem na regra de transição prevista no art. 3º da EC nº 47/2005 (RE nº 603.580/RJ – Tema 396).

3. A Corte de origem, examinando as peculiaridades do caso concreto, concluiu que o benefício da autora não preenche os requisitos para a aplicação da paridade. Desse modo, para alterar essas conclusões, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório da causa. Incidência da Súmula nº 279/STF.

4. Agravo regimental não provido.

5. Majoração da verba honorária em valor equivalente a 10% (dez por cento) do total daquela já fixada (art. 85, §§ 2º, 3º e 11, do CPC), observada a eventual concessão do benefício da gratuidade da justiça.

(RE 1120111 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 17/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-191 DIVULG 11-09-2018 PUBLIC 12-09-2018)

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO ANTES DA VIGÊNCIA DA EC Nº 41/2003. PARIDADE. VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DA REGRA DE TRANSIÇÃO DOS ARTIGOS 2º E 3º DA EC Nº 47/2005. SÚMULA 279/STF. VIOLAÇÃO AO ART. 97 DA CONSTITUIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. A parte recorrente não apresentou a preliminar, formal e fundamentada, de repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário. A peça de recurso, portanto, não atende ao disposto no art. 543-A, § 2º, do CPC/1973. Precedente.

2. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 590.260-RG, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, submetido à sistemática da repercussão geral, decidiu que os servidores públicos que ingressaram no serviço público antes da EC nº 41/2003, mas que se aposentaram após da edição da referida emenda, possuem direito à paridade e integralidade remuneratória, desde que observada a regra de transição prevista na EC nº 47/2005.

3. Para dissentir da conclusão do Tribunal de origem, acerca do preenchimento dos requisitos dos artigos 2º e 3º da EC nº 47/2005, para fins de recebimento de pensão com direito à paridade, demandaria uma nova apreciação dos fatos e do material probatório constantes dos autos. Súmula 279/STF.

4. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que não se aplica a restrição do art. 97 da Constituição Federal quando o acórdão recorrido apenas interpreta legislação infraconstitucional, sem declarar sua inconstitucionalidade.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

(ARE 898745 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 23/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-214 DIVULG 05-10-2016 PUBLIC 06-10-2016)

Desse modo, não há razões para reformar o acórdão *a quo*, que observa jurisprudência do STF quanto à interpretação do art. 3º da EC n. 47/2005.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso ordinário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

